

MCTI/IBICT
Acordo de Cooperação Técnica
n.º 002 / 2014

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SÍ CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO –
MCTI, ATRAVÉS DE SUA UNIDADE DE
PESQUISA, O INSTITUTO BRASILEIRO DE
INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E
TECNOLOGIA – IBICT E A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
MARIA – UFSM NA FORMA ABAIXO:**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**, criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", em Brasília - DF, por meio de sua Unidade de Pesquisa, o **INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.082.993/0001-49, com sede no SAUS, Quadra 05, Lote 06, Bloco H, CEP 70.070-914 – Brasília – DF, doravante simplesmente denominado **IBICT**, neste ato representado pela Diretora, Professora, Dra. **CECÍLIA LEITE OLIVEIRA**, brasileira, divorciada, RG nº. 275305 SSP/DF e CPF nº. 339.327.861-49, residente e domiciliada no SHIS, QL 22, Conjunto 03, Casa 05, CEP: 71.650-235 – Brasília – DF, nomeada pela Portaria nº. 845 de 06 de novembro de 2013 e publicada no Diário Oficial da União nº217 de 07 de novembro de 2013 e nos termos da competência que lhe foi delegada pela Portaria - MCT nº 407 de 30 de junho de 2006, e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº95.591.764/0001-05, com sede na Cidade Universitária "Professor José Mariano da Rocha Filho", Av. Roraima, nº 1000, Bairro Camobi, CEP: 97105-900 – Santa Maria – RS, doravante simplesmente denominada **UFSM**, neste ato representada pelo Reitor, Professor **PAULO AFONSO BURMANN**, brasileiro, casado, RG nº 9000511551 SSP/RS e CPF nº 323.408.850-00, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 31, Apartamento 101, Bairro Centro, CEP: 97.013-274 – Santa Maria – RS, nomeado pelo Decreto de 20 de dezembro de 2013 e publicado no Diário Oficial da União nº248 de 23 de dezembro de 2013, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será em tudo regido pelos preceitos e princípios do Direito Público, e obedecerá, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, respeitadas as cláusulas e condições seguintes:




CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente tem por objeto a implementação da caixa (software) LOCKSS na UFSM, de forma a permitir sua integração à Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital (CARINIANA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Considerando a execução das ações abordadas neste instrumento, podem ser descritas abaixo as obrigações para:

I – O IBICT obriga-se a:

- a) Nomear responsável pelo Acordo de Cooperação Técnica;
- b) Indicar os recursos humanos para as atividades previstas no Plano de Trabalho;
- c) Elaborar, em conjunto com a UFSM, um Plano de Trabalho que objetive o alcance do “Objeto” deste Acordo de Cooperação Técnica;
- d) Realizar o treinamento das equipes alocadas pela UFSM para as atividades constantes do Plano de Trabalho;
- e) Realizar acompanhamento e avaliações periódicas em conjunto com a UFSM sobre o andamento do Plano de Trabalho; e
- f) Participar das reuniões de avaliação das atividades do Plano de Trabalho.

II – A UFSM obriga-se a:

- a) Nomear responsável pela UFSM para as ações do Acordo de Cooperação Técnica;
- b) Indicar os recursos humanos para as atividades previstas no Plano de Trabalho;
- c) Elaborar, em conjunto com o IBICT, um Plano de Trabalho que objetive o alcance do “Objeto” deste Acordo de Cooperação Técnica;
- d) Disponibilizar a infraestrutura tecnológica necessária para alcance do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica;
- e) Disponibilizar dados técnicos e informações sobre as instalações, procedimentos e configurações aplicadas a softwares e equipamentos do contexto da aliança IBICT/LOCKSS;

- f) Contribuir para a manutenção dos suportes tecnológicos a fim de garantir o funcionamento da Rede;
- g) Manter as cópias das publicações eletrônicas selecionadas por todo o período do Acordo de Cooperação Técnica;
- h) Indicar e selecionar as equipes técnicas da UFSM para os treinamentos necessários para o desenvolvimento do Plano de Trabalho;
- i) Participar das reuniões de avaliação das atividades do Plano de Trabalho;
- j) Se ambas as partes utilizarem ou divulgarem, na forma de artigos técnicos, relatórios, publicações e outras de qualquer informação técnica desenvolvida, bem como qualquer informação sobre os resultados dos trabalhos realizados no âmbito da presente cooperação, deverá ser feita a menção à Rede Cariniana, bem como à cooperação técnica do presente acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo de comum acordo entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados pelas partes nas atividades inerentes ao presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na vinculação funcional com as entidades de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes das ações objeto deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente instrumento não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes, cabendo a cada signatário aplicar seus próprios recursos.

Parágrafo Único - Quando as ações, objeto do presente instrumento, envolverem transferência de recursos financeiros entre os partícipes, serão celebrados

The image shows a handwritten signature in black ink on the left and a circular stamp on the right. The stamp contains the text 'PROPLAN' at the top and 'UFSM' at the bottom, with a stylized graphic in the center.

instrumentos específicos de acordo com a legislação em vigor, onde será detalhada a participação, orçamentária e financeira, de cada signatário.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A propriedade intelectual e a participação nos resultados de exploração dos inventos e criações em geral que decorrerem deste instrumento serão asseguradas na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelos partícipes.

Parágrafo Primeiro – A cessão a terceiros dos referidos direitos de propriedade não poderá ser realizada sem anuência expressa e por escrito das duas entidades partícipes.

Parágrafo Segundo – A exploração dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do presente Acordo de Cooperação Técnica, patenteáveis ou não, não poderá ser realizada sem a regulamentação através de instrumento específico de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica passará a vigorar a partir da data de sua publicação, pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, caso qualquer das partes se manifeste por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do seu término.

CLÁUSULA OITAVA – DA RENUNCIA E RESCISÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por simples denúncia de qualquer das partes, mediante comunicação dirigida por uma à outra com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, bem como, a qualquer momento, por mútuo consenso.

A handwritten signature in black ink is positioned to the left of a circular stamp. The stamp contains the text 'PROPLAN' at the top and 'UFSM' at the bottom, with a stylized graphic in the center.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica será publicado no Diário Oficial da União, pelo IBICT, nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONCILIAÇÃO

As controvérsias jurídicas oriundas do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas amigavelmente entre os partícipes, deverão ser encaminhadas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF da Advocacia Geral da União – AGU.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

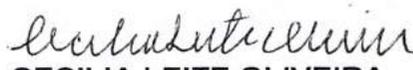
Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal - DF, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir dúvidas e eventuais litígios que não possam ser solucionados administrativamente.

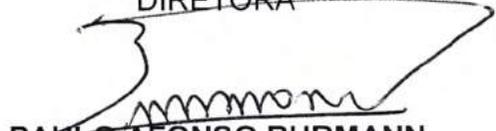
Assim ajustadas, as partes firmam este termo, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de testemunhas.

Brasília, 21 de julho de 2014.

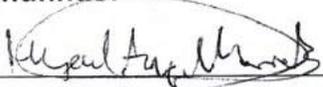
Pelo IBICT

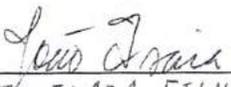
Pela UFSM


CECILIA LEITE OLIVEIRA
DIRETORA


PAULO AFONSO BURMANN
REITOR

Testemunhas:

1 - 
Nome: MIGUEL ANGEL MARDERO ANELLANO
RG/CPF RG: 2202634 SSP/DF
CPF: 515.860.101-15

2 - 
Nome: JOÃO ISAIÁ FILHO
RG/CPF 40815951000

Dr. Miguel Angel Mardero Anellano
SIAPE 1612820
IBICT - Coordenador Plano Cafelana